

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2024

  

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Sumário

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidades controladas e coligadas	13
3	Base de preparação	13
4	Moeda funcional e moeda de apresentação	13
5	Uso de estimativas e julgamentos	13
6	Base de mensuração	14
7	Principais políticas contábeis	15
8	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	22
9	Caixa e equivalentes de caixa	23
10	Contas a receber e outros recebíveis	23
11	Impostos a recuperar	23
12	Imobilizado	24
13	Obrigações reestruturadas com credores	24
14	Outras contas a pagar	25
15	Provisão para demandas judiciais	25
16	Patrimônio líquido	26
17	Instrumentos financeiros	27
18	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	30
19	Receita operacional líquida	32
20	Administrativas e gerais	32
21	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33
22	Financeiras líquidas	33
23	Partes relacionadas	33
24	Avais e Garantias	35
25	Eventos subsequentes	35

Assinaturas





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Agro Pecuária Campo Alto S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agro Pecuária Campo Alto S/A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agro Pecuária Campo Alto S/A** em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
P.C.
I. (1)

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 60530-000
Tel. (27) 3207-3370



assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
P.C.
L. (1) *203*

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 13750-000
Tel. (27) 3207-3370



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2024.

PP&C Auditores Independentes

CRC2SP16.839/O-0

Giacomio Walter Luiz de Paula

CRC1SP243.045/O-0

Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
P.C.
I. (1)

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 13500-000
Tel. (27) 3207-3370

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	12	3	Fornecedores		46	5
Imposto de renda e contrib. social recuperar	11	-	1	Impostos e contribuições a recolher		46	32
				Salários e férias a pagar		9	9
				Dividendos a pagar	16.4	2.723	505
Total do ativo circulante		12	4	Outras contas a pagar	14	1	2
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo						2.825	553
Contas a receber e outros recebíveis	10	88.410	104.119	Total do passivo circulante			
Depósitos judiciais	14	19	26	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		88.429	104.145	Imposto de renda e contrib. social diferidos	18.b	13.878	8.064
Investimentos		6	16	Obrigações reestruturadas com credores	13	645	2.656
Outros investimentos		108	108	Provisão para passivo descoberto controlada		74	72
Imobilizado	12	161.557	157.563	Provisão para demandas judiciais	15	98	287
Total do ativo não circulante		250.100	261.832	Total do passivo não circulante		14.695	11.079
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		97.000	97.000
				Reserva de lucros		33.636	51.510
				Ajuste de avaliação patrimonial		93.789	93.789
				Dividendos adicionais propostos		8.167	7.905
				Total do patrimônio líquido		232.592	250.204
				Total do passivo		17.520	11.632
Total do ativo		250.112	261.836	Total do passivo e patrimônio líquido		250.112	261.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Thomás Ometto Budoya André Guilherme Pirozzi Buosi Lucas Ometto Budoya

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	19	17.863	13.725
Lucro bruto		17.863	13.725
Administrativas e gerais	20	(1.922)	(2.356)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	198	(101)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		16.139	11.268
Receitas financeiras	22	1.192	1.889
Despesas financeiras	22	(42)	(83)
Financeiras líquidas	22	1.150	1.806
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(12)	224
Resultado antes dos impostos		17.277	13.298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	(5.814)	(4.445)
Lucro líquido do exercício		11.463	8.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THOMÁS OMETTO BUDOYA, ANDRÉ GUILHERME PIROZZI BUOSI, LUCAS OMETTO BUDOYA.

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	11.463	8.853
Resultado abrangente do exercício	11.463	8.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THOMÁS OMETTO BUDOYA, ANDRÉ GUILHERME PIROZZI BUOSI, LUCAS OMETTO BUDOYA.

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
Saldos em 1° de abril de 2022	16	97.000	3.909	47.158	93.789	-	-	241.856
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.853	-	8.853
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal		-	443	-	-	(443)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(505)	-	(505)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(7.905)	7.905	-
Saldos em 31 de março de 2023	16	97.000	4.352	47.158	93.789	-	7.905	250.204
Dividendos adicionais AGOE 28 de julho de 2023		-	-	(18.447)	-	-	(7.905)	(26.352)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.463	-	11.463
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal		-	573	-	-	(573)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2.723)	-	(2.723)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(8.167)	8.167	-
Saldos em 31 de março de 2024	16	97.000	4.925	28.711	93.789	-	8.167	232.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Thomás Ometto Budoya

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		11.463	8.853
Ajustes para:			
Depreciação		1	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		12	(224)
Provisão para demandas judiciais	15	(189)	98
Juros e variações monetárias não realizadas		(858)	(1.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	5.814	4.445
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar		1	33
Contas a receber e outros recebíveis		(9.937)	(10.793)
Depósitos judiciais		7	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		41	14
Salários e férias a pagar		-	(11)
Impostos e contribuições a recolher		14	(24)
Juros pagos		(61)	(4)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		6.308	556
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12	(3.995)	(11)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(3.995)	(11)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamentos Obrigações reestruturadas com credores	13.2	(1.976)	(242)
Pagamento de dividendos		(328)	-
Outros pagamentos		-	(302)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(2.304)	(544)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		9	1
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	9	3	2
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	9	12	3
		9	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Assinaturas manuais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agro Pecuária Campo Alto S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, domiciliada no Brasil com escritório à Rua Haddock Lobo, nº 746, – 6º andar, sala 3, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as atividades da Companhia compreendem substancialmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola por meio de instrumento contratual junto a sua controladora U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A, sendo que a Companhia cede parte de seus imóveis rurais para a exploração agrícola. O contrato de parceria tem como premissa remuneração a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo aprovado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo.

1.1 Recuperação judicial

Em 12 de agosto de 2021 a Controladora U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A e suas controladas Agro Pecuária Campo Alto S/A, Companhia Agrícola São Jerônimo, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e a USJ – Administração e Participações S/A, ajuizaram, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) na comarca de Araras-SP, o pedido de recuperação judicial.

Em 24 de agosto de 2021, o processamento do pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz competente. A Companhia, sua Controladora e Coligadas buscavam reestruturar seus negócios com objetivo de preservar suas atividades empresariais, manter-se como fonte de geração de riqueza, tributos e empregos, além de renegociar o pagamento com seus credores. Diante da existência de dificuldade das empresas do Grupo USJ em cumprir com suas obrigações financeiras, especialmente com títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira, representados pelas Notas 2019, Notas 2021 e Notas 2023, o Plano de recuperação judicial prevê a realização de medidas que objetivam a reestruturação de dívidas, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida e a geração de recursos necessários para a continuidade das atividades, devidamente dimensionadas para a nova realidade do Grupo USJ.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão judicial que homologou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e assim concedeu a recuperação judicial a Controladora U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A e suas controladas Agro Pecuária Campo Alto S/A, Companhia Agrícola São Jerônimo, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e sua controladora USJ – Administração e Participações S/A. Essa decisão judicial foi publicada em 25 de fevereiro de 2022, o juízo da recuperação judicial determinou o acompanhamento judicial das Companhias por um ano a partir da data da publicação, e com a homologação da recuperação judicial as Companhias seguiram com a execução do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

A partir da Homologação do Plano de Recuperação Judicial, os Créditos foram novados. Mediante a referida novação e, salvo se expresso de forma diversa no Plano, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com este Plano e seus respectivos Anexos deixaram de ser aplicáveis. Os créditos novados na forma do artigo 59 da Lei de Recuperação Judicial constituíram dívida reestruturada, conforme disposta no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), que ainda prevê:

- a reestruturação do passivo das Recuperandas;
- a preservação de investimentos essenciais para a continuação das Recuperandas; e
- as formas de pagamentos adicionais previstas neste Plano de recuperação judicial.

Agm *4* *103*

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

Em 02 de junho de 2022, a Controladora concluiu integralmente todos os passos sob sua exclusiva responsabilidade para a implementação da Dação em Pagamento prevista na cláusula 9, em especial cláusula 9.2 e cláusula 10 do Plano de Recuperação Judicial do Grupo USJ.

O pagamento aos credores que optaram pelo Pagamento Alternativo previsto na cláusula 9 do Plano de Recuperação Judicial foi instrumentalizado da seguinte forma:

Em 29 de abril de 2022 foi aperfeiçoada a Dação de Pagamento referente ao Crédito Judicial IAA, na qual o Grupo USJ deu em pagamento um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), o qual foi constituído com a totalidade do “Crédito Judicial IAA” (cláusula 10.5 do PRJ), instando salientar que o “Crédito Judicial IAA” consiste na “totalidade do Crédito Judicial após a quitação integral das Debêntures Privadas” (recursos que eventualmente sobejarem após a quitação das debêntures).

E, em 2 de junho de 2022, foram celebrados os instrumentos que implementaram a Dação em Pagamento das Quotas do investimento na controlada em conjunto SJC Bioenergia Ltda. e de imóveis rurais (fazendas), as quais foram recebidas pelos Credores Pagamento Alternativo em um Fundo de Investimento em Participações – FIP, que passou a deter a participação societária no Veículo SJC Bioenergia Ltda. e nas *Landcos*.

- As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e seus Credores, os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação do Plano.
- Na hipótese de haver conflito entre as disposições do Plano e aquelas previstas nos contratos celebrados com quaisquer Credores em relação a quaisquer obrigações das Recuperandas, seja de dar, de fazer ou de não fazer, as disposições contidas no Plano deverão prevalecer. Tal disposição não se aplica aos contratos e obrigações que não se sujeitam à recuperação judicial, nos termos do artigo 49, §3º da Lei de Recuperação Judicial.
- Com a Homologação do Plano, foram extintas todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, fiadores, avalistas, sócios ou garantidores que tenham por objeto Créditos Sujeitos, e os nomes destes foram excluídos do rol dos órgãos de proteção ao crédito (Serasa, SPC, entre outros), sendo que os respectivos Credores deverão buscar a satisfação de seus Créditos conforme os exclusivos termos e condições previstos no Plano. A Homologação do Plano acarretou (a) o cancelamento de todo e qualquer protesto de título emitido contra as Recuperandas que tenha dado origem a qualquer Crédito e (b) a exclusão definitiva do registro do nome das Recuperandas nos órgãos de proteção ao crédito.
- A quitação dos Créditos em 2 de junho de 2022, na forma estabelecida no Plano, resultou na liberação de todos os gravames, ônus, garantias reais sobre bens e direitos de propriedade das Recuperandas e/ou de terceiros, liberando também eventuais, avalistas, garantidores, devedores solidários, fiadores ou coobrigados a qualquer título.
- As Recuperandas realizaram todos os atos e firmaram todos os contratos e outros documentos que foram necessários ou adequados para cumprir os termos deste Plano de Recuperação Judicial, inclusive, mas não se limitando, à adoção de todos os atos societários para ratificação e cumprimento das obrigações ora assumidas pelas Recuperandas.

Em 10 de abril de 2023, foi declarado pelo Juiz competente da Comarca de Araras-SP o encerramento da recuperação judicial do Grupo USJ, do qual a Companhia e a sua Controladora U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A fazem parte. No dia 12 de abril de 2023, foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico o encerramento da recuperação judicial do Grupo USJ.

Hgm *4* *103*

2 Relação de entidades controladas e coligadas

A Companhia possui participação direta nas investidas Nova Terra Agroinvestimentos S/A, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., como segue:

Entidade	Cidade/Estado- (Matriz)	Encerramento do exercício social	Participação acionária direta - %	
			2024	2023
Novaterra Agro investimentos S/A	São Paulo/SP	31.03.2024	Controlada 99,90	99,90
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	São Paulo/SP	31.03.2024	Coligada 8,71	8,71
Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda.	Araras/SP	31.12.2023	Coligada 18,76	18,76

Apesar da Companhia deter participações no capital das companhias mencionadas anteriormente, a administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da essência do relacionamento entre investidor e investida e em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. Para suas investidas, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., a Companhia possui influência significativa nas operações. Em relação à Novaterra Agro Investimentos S/A, a Companhia possui o controle na investida, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis NBC TG)

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de maio de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 7.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

  

Nota explicativa 3 - continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando;

Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7.5 (ii) - Vida útil do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 15 - Provisão para demandas judiciais; e

Nota explicativa nº 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros ou serviços de preços é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da NBC TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

Agm *4* *103*

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

7.1 Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e impostos sobre vendas.

A Companhia transfere os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

(ii) Vendas de cana-de-açúcar no mercado interno

As vendas de cana-de-açúcar são feitas em regime de parceria agrícola junto a sua controladora U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

7.2 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os

Assinaturas:   

ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e

Agm *4* *103*

pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no

Agm *4* *103*

reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

7.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

  

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Agm *4* *103*

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

7.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Agm *4* *103*

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vidas úteis
Edifícios	40 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7.6 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Agm *4* *103*

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; e diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações a NBC TG 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avalia não ter impactos relacionados a este tópico.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao NBC TG 26/IAS 1 e NBC TG 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

A Companhia avalia não ter impactos relacionados a este tópico.



c) Outras normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao NBC TG 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao NBC TG 02/IAS 21).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	12	3
	<u>12</u>	<u>3</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

A exposição da Companhia a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota explicativa 17.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	2024	2023
Contas correntes empresas do grupo (Nota explicativa nº 23.3)	88.410	104.119
	<u>88.410</u>	<u>104.119</u>
Ativo não circulante	<u>88.410</u>	<u>104.119</u>

11 Impostos a recuperar

	2024	2023
IRPJ	-	1
ICMS	11.927	11.927
(-) Provisão de ICMS a recuperar	(11.927)	(11.927)
	<u>-</u>	<u>1</u>

Assinaturas:   

12 Imobilizado

12.1 Custo e depreciação

	Terrenos propriedades	Edifícios	Total
Custo			
Saldo em 1º de abril de 2022	157.551	16	157.567
Adições	11	-	11
Saldo em 31 de março de 2023	157.562	16	157.578
Adições	3.995	-	3.995
Saldo em 31 de março de 2024	161.557	16	161.573
Depreciação			
Saldo em 1º de abril de 2022	-	15	15
Saldo em 31 de março de 2023	-	15	15
Depreciações do Exercício	-	1	1
Saldo em 31 de março de 2024	-	16	16
Valor contábil líquido			
Em 31 de março de 2023	157.562	1	157.563
Em 31 de março de 2024	161.557	-	161.557

13 Obrigações reestruturadas com credores

Em 22 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão judicial que homologou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) do Grupo USJ que foi publicado no Diário Oficial pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 25 de fevereiro de 2022, conforme descrito na nota explicativa “1.1 – Recuperação Judicial”.

A Companhia esclarece que os créditos ainda não quitados permanecem sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial e serão pagos de acordo com os prazos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, nos termos e condições já estabelecidos.

Em 10 de abril de 2023 foi encerrada a recuperação judicial do Grupo USJ conforme descrito Nota Explicativa nº 1.1.

13.1 Valor justo da dívida reestruturadas com credores

A Companhia mensurou o valor justo da sua dívida no exercício findo 31 de março de 2024, conforme definição da NBC TG 48 (Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração): quando há modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente, ou parte dele, a Companhia deve contabilizar a extinção do passivo financeiro original e reconhecer o novo passivo a valor justo. A diferença apurada entre estes passivos deve ser registrada no resultado do período de apuração.

13.2 Composição das obrigações reestruturadas por classe de credores

Classificação recuperação judicial	Saldo em 31 de março de 2023	Pagamentos	Correção monetária paga	Correção monetária provisionada	Saldo em 31 de março de 2024
Partes Relacionadas (Nota explicativa nº 23.3)	2.656	(1.976)	(61)	26	645
	2.656	(1.976)	(61)	26	645

Assinaturas manuais:   

	2.023	2024
Obrigações reestruturadas com credores não circulante	2.656	645

13.3 Classes de credores

Credores trabalhistas (Classe I)

Os Credores Trabalhistas receberam o valor correspondente a 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos (assim considerado na data da Homologação do Plano) por Credor Trabalhista, nos termos do Enunciado XIII do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, corrigido monetariamente de acordo com a variação do INPC-IBGE desde a Data do Pedido e até a data do efetivo pagamento, limitada a 3% (três por cento) ao ano, para os Créditos Trabalhistas definitivamente habilitados após a Homologação do Plano, da data da definitiva habilitação.

Credores Partes Relacionadas

Os Credores Partes Relacionadas puderam, alternativamente à forma de pagamento prevista neste Plano para os Credores Quirografários, optar, em até 7 dias corridos a contar da Homologação do Plano, mediante o envio de notificação às Recuperandas, com cópia para o Administrador Judicial, pela opção de pagamento prevista abaixo, sendo certo que o Credor que não se manifestar tempestivamente será pago de acordo com as condições de pagamento previstas neste Plano para os Credores Quirografários.

Os Credores Partes Relacionadas que elegerem esta opção serão pagos única e exclusivamente após a conclusão da Dação em Pagamento e conforme condições abaixo indicadas.

- (i) Sobre os Créditos detidos pelos Credores Partes Relacionadas será aplicada correção monetária de acordo com a variação positiva da Taxa Referencial - TR, limitado a 3% (três por cento) ao ano, incidentes desde a Data do Pedido até a data de pagamento;
- (ii) Não haverá pagamento de juros e amortização até a conclusão da Dação em Pagamento; e
- (iii) O pagamento poderá ocorrer em qualquer momento entre o período de carência e até 35 anos.

14 Outras contas a pagar

	2024	2023
Outras obrigações trabalhistas a pagar	-	1
Outras contas a pagar diversas	-	1
Contas correntes - controladora (Nota explicativa nº23)	1	-
	1	2
Passivo Circulante	1	2

15 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação das contingências	Trabalhistas	Cíveis	COFINS	Total
Saldo em 1º de abril de 2022	-	-	189	189

Assinaturas manuais:   

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

Provisões	98	-	-	98
Saldo em 31 de março de 2023	98	-	189	287
Reversão de provisões	-	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de março de 2024	98	-	-	98

Processos judiciais com risco de perda possível

Existem contingências passivas trabalhistas, tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Ambiental
Saldo em 31 de março de 2023	204	8
Saldo em 31 de março de 2024	293	19

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por R\$ 97.000 dividido em 376.995.354 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de março de 2024.

16.2 Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico NBC TG 27 e interpretação técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

16.4 Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

Em 28 de julho de 2023 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi modificado o Estatuto Social da Companhia entre as alterações foi modificado o percentual de Dividendos Mínimos Obrigatórios de 6% para 25% conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2024	2023
Saldo de lucros acumulados (PL)	11.463	8.853
(+) Realização da reserva de reavaliação	-	-
(+) Realização do custo atribuído	-	-
Base de cálculo - Representado pelo saldo de lucros acumulados	11.463	8.853
(-) Reserva legal - 5%	(573)	(443)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios 6%	-	(505)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios em 25%	(2.723)	-
Dividendos adicionais propostos	8.167	7.905

Assinaturas manuais

16.5 Reserva especial

Com base no artigo 202, § 4, da Lei 6.404/76 a Companhia deixou de distribuir dividendos em Exercícios anteriores, por serem incompatíveis com a situação financeira da Companhia à época, o que gerou um saldo de Reserva especial no valor de R\$ 47.158.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

Saldos em 31 de março de 2024	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	12	12	-	12
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Contas a receber e outros recebíveis	-	88.410	-	88.410	-	-	-
Total	12	88.410	-	88.422	12	-	12
Outros passivos financeiros							
Fornecedores	-	-	46	46	-	-	-
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	645	645	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	1	1	-	-	-
Total	-	-	692	692	-	-	-

Assinaturas manuais:   

Saldos em 31 de março de 2023	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	3	3	-	3
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Contas a receber e outros recebíveis	-	104.119	-	104.119	-	-	-
Total	3	104.119	-	104.122	3	-	3
Outros passivos financeiros							
Fornecedores	-	-	5	5	-	-	-
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	2.656	2.656	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	2	2	-	-	-
Total	-	-	2.663	2.663	-	-	-

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii);
- Risco de liquidez (iii); e
- Risco de mercado (iv).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Visando a mitigação de alguns fatores de riscos, a Companhia instituiu um Comitê de Gestão de Riscos que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental que tem as seguintes funções e responsabilidades:

- Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
- Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações quando necessário;
- Orientar, medir, e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
- Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
- Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando conta do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido neste estatuto.

O Comitê de Gestão de risco da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente à Diretoria da Companhia sobre suas atividades.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que a Companhia pode incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Assinaturas manuais:   

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2024 e 2023.

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	12	3
Contas a receber e outros recebíveis	10	88.410	104.119
		<u>88.422</u>	<u>104.122</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 12 em 31 de março de 2024 (R\$ 3 em 31 de março de 2023). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Contas a receber e outras recebíveis

A Companhia possui reduzido risco de crédito, pois sua principal operação é realizada exclusivamente com a Controladora U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A.

O principal saldo de contas a receber e outras recebíveis em 31 de março de 2024 e 2023, decorrem de transações com a Controladora U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A conforme nota explicativa 10.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Nota	2024		
		Fluxo de caixa	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedor		46	46	-
Obrigações reestruturadas com credores	13	645	-	645
Outras contas a pagar	14	1	1	-
		<u>692</u>	<u>47</u>	<u>645</u>

	Nota	2023		
		Fluxo de caixa	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedor		5	5	-
Obrigações reestruturadas com credores	13	2.656	-	2.656
Outras contas a pagar	14	2	2	-
		<u>2.663</u>	<u>7</u>	<u>2.656</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Hgm *4* *103*

(iv) **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

(a) **Ativo fiscal corrente**

Ativo fiscal corrente	2024	2023
IRPJ (Nota explicativa 11)	-	1
	-	1

(b) **O imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos créditos tributários sobre os seguintes valores base:

HPm 4 103

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

	Saldo em 1º de abril de 2022	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo fiscal diferido					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	32.999	(3.276)	29.723	(4.275)	25.448
Base negativa da contribuição social	11.694	(1.179)	10.515	(1.539)	8.976
Outras constituições temporárias	-	(23)	(23)	-	(23)
Outras constituições temporárias sobre provisões	3	33	36	-	36
	<u>44.696</u>	<u>(4.445)</u>	<u>40.251</u>	<u>(5.814)</u>	<u>34.437</u>
Passivo fiscal diferido					
	Saldo em 1º de abril de 2022	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Reserva de reavaliação e custo atribuído	(48.315)	-	(48.315)	-	(48.315)
Custos de transação de financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-
Outras constituições temporárias sobre provisões	(48.315)	-	(48.315)	-	(48.315)
Efeito líquido	<u>(3.619)</u>	<u>(4.445)</u>	<u>(8.064)</u>	<u>(5.814)</u>	<u>(13.878)</u>

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social decorrem da atividade agrícola e não estão enquadrados na limitação da compensação de 30% dos lucros tributáveis anuais por serem constituídos de atividade agrícola.

Thom *André*

A conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	17.277	13.298
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	12	(224)
Base de cálculo ajustada	17.289	13.074
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.878)	(4.445)
Diferenças permanentes	64	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.814)	(4.445)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.814)	(4.445)
Alíquota fiscal efetiva	(34%)	(34%)

19 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.1.

	2024	2023
Venda de cana-de-açúcar (Nota explicativa nº 23.3)	18.237	14.012
Receita bruta fiscal	18.237	14.012
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(374)	(287)
Total da receita contábil	17.863	13.725

a. Fluxos da receita

A receita operacional líquida da Companhia preponderantemente é composta pela parceria de cana-de-açúcar junto a sua controladora, U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A.

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

20 Administrativas e gerais

	2024	2023
Despesa com pessoal	93	210
Serviços de terceiros	745	457
Auditoria, consultoria e assessoria	29	25
Depreciação e amortização	2	-
Impostos e taxas	291	246
Aluguéis e arrendamentos	25	10
Materiais de uso e consumo	13	36
Serviços compartilhados com a controladora (Nota explicativa nº 23.3)	724	1.442
Outras	-	(70)
	1.922	2.356

  

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Receitas de aluguéis	2	1
Recuperação de despesas	11	-
Reversão de contingências	189	-
Outras receitas operacionais	202	1
Provisões de Contingências	-	(98)
Multas e indenizações	(4)	(4)
Outras despesas operacionais	(4)	(102)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	198	(101)

22 Financeiras líquidas

	2024	2023
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa (i)	1.192	1.889
Despesas financeiras		
Juros demais operações e descontos financeiros	(1)	(22)
Variação monetária passiva	(25)	(61)
Outras	(16)	-
	(42)	(83)
Resultado financeiro líquido	1.150	1.806

(i) Do montante total de R\$ 1.192 em 31 de março de 2024 (R\$ R\$ 1.889 31 em de março de 2023) de variação monetária o valor de R\$ 976 em 31 de março de 2024 (R\$ 1.586 em 31 de março de 2023) refere-se a variações monetárias com a controladora U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A e o valor de R\$ 198 em 31 de março de 2024 (R\$ 235 em 31 de março de 2023) variações monetárias com a controladora indireta USJ – Administração e Participação S/A, sendo que em 31 de março de 2024 resta o valor de R\$ 18 referente a variações monetária sobre processos trabalhistas.

23 Partes relacionadas

23.1 Controladora final

A Companhia é controlada da U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A (98,78%) e controlada indireta da USJ - Administração e Participações S/A (98,02%).

23.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da Administração

A administração da Agro Pecuária Campo Alto S/A é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 28 de julho de 2023, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. Ficou estabelecido o teto da remuneração global no montante de R\$ 35, podendo este montante ser superior em até quarenta por cento para o período remanescente.

O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 35 (R\$ 161 em 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

  

23.3 Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, seus acionistas e companhias relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Saldos das partes relacionadas	2024	2023
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Outras contas a receber (Nota Explicativa nº 10)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A (i)	72.189	88.096
USJ - Administração e Participações S/A	14.231	14.033
Imobiliária São João S/A	470	470
Centro Assistencial da Usina São João	154	154
USJ Mineração e Comércio Ltda	1.236	1.236
São João Participações S/A	65	65
Nova Terra Agroinvestimentos S/A	65	65
	<u>88.410</u>	<u>104.119</u>
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (Nota explicativa nº 14)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	(1)	-
	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Obrigações reestruturadas com credores (Nota explicativa nº 13)		
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	(11)	(2.031)
USJ Associação Habitacional	(24)	(24)
Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda	(610)	(601)
	<u>(645)</u>	<u>(2.656)</u>
Líquido	<u>87.764</u>	<u>101.463</u>

(i) Do montante de R\$ 72.189 (R\$ 88.096 em 2023), o saldo de R\$ 63.707 (R\$ 73.675 em 2023) refere-se a valores a receber listada como Obrigações com credores na controladora.

Transações das partes relacionadas que influenciaram o resultado	2024	2023
Venda Cana-de-açúcar (Nota explicativa nº 19)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A (a)	18.237	14.012
Despesas compartilhadas (Nota explicativa nº 20)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	(724)	(1.442)
Receita com Obrigações reestruturadas com credores (Nota explicativa nº 22)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	976	1.586
USJ - Administração e Participações S/A	198	235
	<u>1.174</u>	<u>1.821</u>
Total	<u>18.687</u>	<u>14.391</u>

(a) Referente a receita de parceria agrícola onde o cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia do Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

Agm *✓* *103*

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

24 **Avais e Garantias**

A Companhia prestou fianças e avais a controladora U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A, cujo montante em 31 de março de 2024 é de R\$ 28.381 sendo avais e fianças de diversas instituições financeiras.

25 **Eventos subsequentes**

Em 1 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) os acionistas da Companhia deliberaram sobre uma proposta de redução de capital social nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/1976, por ser considerado excessivo, foi aprovado por unanimidade dos acionistas presentes a redução do capital no montante em R\$ 88.007, sem cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 97.000 para o valor de R\$ 8.994 de capital social, por força da legislação vigente a redução de capital social ora mencionada ocorrerá após 60 dias da data de aprovação desta AGE.

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor - Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0

  

Protocolo das Assinaturas do Documento

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. O documento foi certificado pelo Portal de Assinaturas RRSIGN e incorporado um carimbo de tempo no momento da finalização das assinaturas.

Informações do Documento

Título do Documento: **Agro Pecuária Campo Alto DFs e relatório 31-03-24**

Hash do Documento Original SHA256: **e733690d9b5417e4f1f7aa7d8cf53367395b8ee7e673dc9928f79fa495dc2b64**

Data do Envio para Assinatura: **23/05/2024 - 11:50:09**

Data da Finalização das Assinaturas: **24/05/2024 - 15:23:43**

Termo de Concordância

Para que fosse realizada a assinatura do documento, todos os Signatários declararam estar "De Acordo" com esta forma de assinatura.

Termo de Concordância: Declaro estar ciente e de acordo com o "Termo de Concordância com Assinatura de Documento por Meio Eletrônico", reconhecendo a validade jurídica desta modalidade de assinatura para todos os fins de direito.

Acesse o Termo em: <https://rrsign.com.br/termo-de-concordancia/>

Validação do Documento

Para validar o documento assinado no RRSIGN | Portal de Assinaturas, acesse o validador no link abaixo, utilizando a chave do documento, ou leia o QR Code.

Validador: <https://portal-usj.rrsign.com.br/validador>

Chave do Documento: 78bddfa2e24a42a43e545d4a3e34b95d



Relação dos Signatários e Evidências Coletadas

Nome: THOMÁS OMETTO BUDOYA

CPF: 39525534847

Posição: Representante Legal

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

Data/Hora Assinatura: 24/05/2024 15:23:43

E-mail: thomas@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -23.55997 Longitude: -46.668597 Accuracy: 169

IP: 186.204.123.139

Assinatura

THOMÁS OMETTO BUDOYA

Rubrica

Hom

Nome: ANDRÉ GUILHERME PIROZZI BUOSI

CPF: 30302078894

Posição: Signatário

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

Data/Hora Assinatura: 24/05/2024 08:31:17

E-mail: abuosi@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Localização não autorizada.

IP: 179.247.129.66

Assinatura

ANDRÉ GUILHERME PIROZZI BUOSI

Rubrica

✓

Nome: LUCAS OMETTO BUDOYA

CPF: 36649729884

Posição: Representante Legal

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

Data/Hora Assinatura: 24/05/2024 14:57:45

E-mail: lucas@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -23.559157 Longitude: -46.662641 Accuracy: 98

IP: 187.72.27.9

Assinatura

LUCAS OMETTO BUDOYA

Rubrica

AO3